



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



Modernização e planejamento na Amazônia:

O caso da região de Carajás

Maurílio de Abreu Monteiro
Unifesspa/PPGPAM

José Júlio Lima Lima
UFPA/PPGAU

Humberto Miranda
UNICAMP/Instituto de Economia

Fernando Arthur de Freitas Neves
UFPA/IFCH

Marcelo Sampaio Carneiro
UFMA/Centro de Ciências Humanas

A produção mercantil que se desenvolve no bioma Amazônia ampliou-se significativamente na primeira década do século XXI, vinculada, sobretudo, à aceleração da mercantilização de recursos naturais (HECHT *et al.*, 2021). Ela envolve diferentes atores e setores que interagem entre si de várias maneiras, condicionados por conformações sociais heterogêneas impulsionadas regionalmente, em grande medida, por ações derivadas de planejamento urbano e regional pretéritos. De forma que os impactos sociais, econômicos e ambientais da aceleração da produção mercantil também são regionalmente dissímeis. Diferenças significativas que sinalizam o limitado poder heurístico de estudos que consideram os conteúdos subjacentes a dinâmicas sociais e econômicas como sendo de uma Amazônia idealizada como unitária.

Nesse contexto, são oferecidas interpretações relativas às resultantes de tentativas de planejamento urbano e regional e da rápida urbanização da região de Carajás (MONTEIRO; SILVA, 2021). Ela equivale ao que o IBGE (2017) classifica como sendo as regiões intermediárias de Redenção e de Marabá, exclusive a região imediata de Tucuruí, uma vez que esta guarda diferenças econômicas significativas com aquelas.

A região de Carajás inclui-se entre as regiões amazônicas que mais foram impactadas pelas tentativas de modernização, em função dessa especificidade adicional, a coesão teórica da sessão não é oriunda das oportunidades derivadas

da unidade do recorte espacial, mas da análise de como nessa região o ideário de transformação por via de modernização impulsionou diversas tentativas de planejamento urbano e regional e da incapacidade de serem cumpridas as promessas de aproximação urbana e regional à modernidade ocidental (MONTEIRO; BAHIA; CASTRO, 2022).

Toma-se, assim, como ponto de partida o reconhecimento de que a pressuposição da necessidade e da positividade da mudança continuada, do progresso e do desenvolvimento assume a condição de elemento axiomático no projeto das sociedades modernas, que reivindicam rumar, inexoravelmente, em direção ao novo. Ideário que, sobretudo, nas décadas do pós-guerra, conduziu a opinião oficial a diagnosticar que a origem das mazelas que assolavam a maioria das regiões do mundo residia no fato de que algumas delas estavam em estágios “arcaicos” do desenvolvimento social; a superação desses padecimentos era perfeitamente viável, bastaria fazer com que as regiões “atrasadas” se desenvolvessem. Propalava-se também que o desenvolvimento deveria ser tratado como passível de planificação racional.

A busca por uma transformação por via de modernização e o planejamento urbano e regional em uma região como a de Carajás, em incorporação a um padrão espacial global, fundamenta, assim, as transformações promovidas pelo ideário desenvolvimentista, fortemente atreladas à intervenção do Estado, anunciadas como o caminho para a mudança da condição de uma região “atrasada” para um tipo uniforme de modernidade, essencialmente urbana, industrial, amplamente secular e organizada por leis, instituições e mercados.

Assim, a crescente integração submete essa porção do espaço amazônico à ordem espacial nova e muito mais ampla. De tal sorte que o espaço amazônico se regionaliza, fragmenta-se, em decorrência da apropriação diferenciada do espaço por grupos sociais com poderes econômicos e políticos diversos (MONTEIRO; SILVA, 2021). Neste particular, a configuração territorial da região de Carajás foi fortemente marcada por impulsos derivados do planejamento regional que fomentou o estabelecimento de uma economia fundamentada, precipuamente, na mineração e na pecuária bovina. Nela, além de articular investimentos em infraestruturas físicas e sociais de longo prazo, os governos militares por meio do planejamento autoritário intervieram para estabelecer o controle e viabilizar condições para que diversos capitais acessassem e garantissem controle fundiário da região, o que foi feito mediante violação de direitos de populações indígenas e tradicionais (FERNANDES, 2022).

Durante os próprios governos militares esvaiu-se a promessa de correção das desigualdades impulsionadas pelo planejamento estatal, posteriormente ao que se registrou grande redução da capacidade de intervenção estatal na economia, sobretudo, a partir da última década do século passado, situação que, ao se combinar com o peso assumido pelas políticas de modernização ancoradas em conceitos neoliberais ampliaram essas desigualdades.

A pressão – ocorrida na última década do século passado e no primeiro quindênio deste século – pela ampliação do suprimento de *commodities* a fim de atender ao *boom* de demanda global encontrou o urbano e o regional de Carajás estruturados em torno de configuração baseada em uma economia primário exportadora, mediante a qual suportaram elevadíssimo e rápido crescimento do produto social, muito acima da média de nacional. Dinâmica que comportou

respostas de evolução singular em relação às demais regiões. Nestas circunstâncias os mais relevantes agentes econômicos da região de Carajás, tanto os ligados à produção agropecuária quanto os ligados à mineração, aprofundaram seu atrelamento a padrões produtivos social e ambientalmente deletérios (MONTEIRO, 2022).

A organização da vida urbana na região também que se realizou em acentuada oposição às propaladas ideias de que o prosseguimento da modernização importaria na racionalização crescente da organização da vida nas cidades, que seria progressivamente marcada pelo planejamento. Esse planejamento, por sua vez, resultante da aplicação dos métodos e das técnicas da ciência moderna e de suas descobertas, impulsionaria o desenvolvimento urbano. Ao se analisar a dinâmica de urbanização na região de Carajás, verifica-se que a situação vigente não corresponde as promessas da modernização; pelo contrário, há uma clara subsunção das lógicas de ordenamento do espaço urbano a uma racionalidade intimamente atrelada à valorização mercantil do solo, esmaecendo sobremaneira as possibilidades de organização vinculadas ao planejamento urbano calcado em perspectivas urbanísticas que visam garantir o direito à cidade a todos os seus moradores. Esse direito é negado, sobretudo, às populações mais pobres (LIMA; ROLIM, 2022).

Condição que é demonstrada, dentre outras possibilidades pela análise da criação de centralidades e a expansão na morfologia urbana das cinco cidades-sedes municipais da região de Carajás que mais sofreram alterações nas últimas décadas a partir da conversão de terra rural em urbana. Constatação que tem como base o exame das bases de logradouros do IBGE por meio da sintaxe espacial que permitiram mensurar incrementos na malha urbana das cinco sedes municipais entre 2010 e 2020. Demonstam diferentes graus de integração pelo entrelaçamento dos espaços viários e públicos que das antigas centralidades com os sistemas viários de novos empreendimentos que esgarçam os centros urbanos até o estabelecimento de novas centralidades dependentes do aproveitamento da infraestrutura pública rodoviária por incorporadoras imobiliárias privadas (LIMA; ROLIM, 2022).

Não se trata se de uma realidade marcada unicamente pela da consolidação de um tipo uniforme de modernização do urbano e do regional, já que por meio da territorialização de sujeitos não hegemônicos que constroem não apenas os processos de resistência, mas também as experiências de reprodução da vida – nas dimensões produtivas, socioculturais, políticas e organizativas – que atuam como embriões de possibilidades e sentidos territoriais alternativos (MICHELOTTI; MIRANDA; GOMES JÚNIOR, 2022). Há também, contrariando as predições modernizantes, o crescimento na região, muito acima da média nacional, da ocupação da esfera política pelo campo religioso do que decorre a crescente oposição à secularidade (NEVES, 2022).

Evidencia-se, assim, que, se, por um lado, as tentativas de planejamento urbano e regional vinculados ao imperativo da modernização – que converteram regiões, como a de Carajás, em laboratórios das ciências do planejamento do desenvolvimento – foram incapazes de cumprir as promessas de equiparação regional à modernidade ocidental, por outro, isso não deslegitima ou inviabiliza a intervenção social que busca a eficiência econômica, a equidade social, a prudência ecológica e o enfrentamento das forças econômicas imperantes, das grandes corporações e do capital. Essas tarefas, entretanto, requerem um profundo conhecimento da realidade regional, do modo como nela são tecidas construções simbólicas, realidades objetivas e diversas que se integram a uma

economia-mundo, além da elaboração de orientações estratégicas e da implementação de ações e de planos capazes de suplantar a institucionalidade tradicional e de organizar novas instituições com capacidades e habilidades para coordenar intervenções sociais afinadas com a perspectiva complexa e territorializada do desenvolvimento em bases sustentáveis.

PADRÕES ESPACIAIS E TRAJETÓRIAS TECNOLÓGICAS COMO LIMITES À MODERNIZAÇÃO DA REGIÃO DE CARAJÁS

As dinâmicas produtivas de base primária (agropecuária e mineração) que, neste século, embalam o rápido crescimento econômico da região de Carajás foram, em sua gênese, concebidos e impulsionados por diversos instrumentos decorrentes do planejamento regional e efetivamente conduziram à progressiva tecnificação da produção local e à integração dela à natureza – desdobramentos anunciados como inerentes aos processos de modernização e tidos pelo ideário desenvolvimentista como intrinsecamente positivos –, todavia essa integração com a natureza efetivou-se de forma pouquíssimo qualificada, porquanto ignora a capacidade produtiva advinda das relações peculiares existentes nos ecossistemas regionais e adota dinâmicas ambientalmente insustentáveis. Demonstra-se, por intermédio do delineamento de padrões espaciais que expressam a combinação de capacidades e fontes de inovação, aprendizagem e desenvolvimento em escala subnacional; e da identificação das trajetórias tecnológicas dos mais relevantes agentes econômicos do agrário e da indústria extrativa da região, que: 1) em função da dependência dessas trajetórias os principais agentes econômicos da região encontram-se ligados ao “sucesso” de um padrão reprodutivo que os “aprisiona”, uma vez que, nem sequer incluem no seu campo de procura de alternativas para a evolução de sua conduta produtiva todas as alternativas resultantes do avanço científico e tecnológico; 2) os padrões espaciais apresentados revelam a complexidade e as limitações de organização para enraizamento regional de dinâmicas de desenvolvimento e explicitam obstáculos para a promoção de impulsos inovativos de base endógena (MONTEIRO, 2022).

Evidencia-se, por conseguinte, que malograram as promessas que apregoavam que os agentes econômicos têm a faculdade de escolher livremente qualquer uma das alternativas resultantes dos avanços da ciência e da tecnologia e de promover permanentes metamorfoses na organização da produção para, com isso, impulsionar o crescimento econômico em benefício da sociedade em seu conjunto e que a dinâmica de crescimento econômico regional se assenta em acréscimos espúrios de competitividade que resultam em degradação social e ambiental e no constrangimento à edificação de alternativas ao desenvolvimento regional em bases sustentáveis (MONTEIRO, 2022)..

EFEITOS DA CONVERSÃO DE TERRA RURAL EM URBANA NA REGIÃO CARAJÁS

No que concerne à estruturação espacial, a modernização está ligada à extremada urbanização e à contração da população rural. Este, seguramente, é um dos resultados mais evidentes das diversas e sucessivas ações vinculadas ao planejamento regional que incidiram sobre a região de Carajás, nas últimas cinco décadas. De pouco mais de 27 mil pessoas em 1970; em 2021, estima-se população urbana de pouco mais de 1 milhão. Não obstante, esse brusco movimento de urbanização, há, por outro lado, acentuada oposição às

propaladas ideias de que o prosseguimento da modernização importaria na racionalização crescente da organização da vida nas cidades, fruto do planejamento. Ao se analisar a dinâmica de urbanização, verifica-se que a situação vigente não corresponde a esse aspecto do ideário modernizante; pelo contrário, há uma clara subsunção das lógicas de ordenamento do espaço urbano a uma racionalidade intimamente atrelada à valorização mercantil do solo, esmaecendo sobremaneira as possibilidades de organização calcadas em perspectivas urbanísticas que visam garantir o direito à cidade a todos, negado, sobretudo, às populações mais pobres. Analisando a criação de centralidades e a expansão na morfologia urbana de cinco cidades da região de Carajás que mais sofreram alterações nas últimas décadas pela conversão de terra rural em urbana, evidencia-se por diferentes graus de integração pelo entrelaçamento de espaços viários e públicos de novos empreendimentos que esgarçam os centros urbanos e novas centralidades dependentes do aproveitamento da infraestrutura pública rodoviária por incorporadoras imobiliárias privadas (LIMA; ROLIM, 2022).

TERRITORIALIZAÇÃO DE SUJEITOS NÃO HEGEMÔNICOS NA REGIÃO DE CARAJÁS

Na região de Carajás, mesmo nas formas e nos tipos de ocupação territorial recentes, que caracterizam novas estruturas de dominação, os sujeitos hegemônicos da produção capitalista solapam espaços de reprodução de diversos sujeitos não hegemônicos. Contudo, a consolidação de um tipo uniforme de modernidade do espaço não se dá sem contradições e enfrentamentos. Os sujeitos não hegemônicos assumem, nesse caso, a condição de força contra-arrestante à “coerência estruturada” das relações espaciais capitalistas (HARVEY, 2005). Contexto no qual ganham importância os territórios conquistados pela luta social (assentamentos, terras indígenas, moradia popular etc.), pois trata-se de espaços onde se constroem não apenas os processos de resistência, mas também as experiências de reprodução da vida – nas dimensões produtivas, socioculturais, políticas e organizativas – que atuam como embriões de possibilidades e sentidos territoriais alternativos à territorialização em bases capitalistas. Discute-se, portanto, a conquista e reafirmação de territorialidades próprias (não hegemônicas), indo além da dimensão redistributiva, como fundamentação política da produção e reprodução de um “contra-espaço” (MOREIRA, 2007), *vis-à-vis* a modernidade uniformizadora do espaço pelo capital (MICHELOTTI; MIRANDA; GOMES JÚNIOR, 2022).

CARAJÁS: A OCUPAÇÃO DA ESFERA POLÍTICA PELO CAMPO RELIGIOSO

O ideário da transformação via modernização propala como um de seus desdobramentos a contínua e crescente transformação e a racionalização da vida social. Ambas repercussões vistas como atreladas a aplicação dos métodos e das técnicas da ciência moderna, contexto no qual se reivindica o incentivo a transformações associadas à secularidade e à assimilação das mudanças como socialmente desejáveis. Todavia, na região de Carajás identifica-se transformações que contrariam essas possibilidades, uma vez que se trata de uma das regiões do Brasil com a maior alteração na configuração demográfica resultante da ampliação da presença dos protestantes de denominações neopentecostais que se dizem conservadores, opondo-se à transformação de comportamentos sociais como qualidade gregária. Adicionalmente, há na região

uma crescente ocupação de espaços da esfera política pelo campo religioso, dinâmica social que não se coaduna com o processo de modernização, que envolveria, como já enfatizado, um conjunto de permanentes transformações, entre as quais a progressiva especificidade funcional na esfera política e a introdução de mecanismos de racionalização da organização da vida social (NEVES, 2022).

MODERNIZAR DESTRUINDO A DIVERSIDADE: O GUSA EM CARAJÁS

A região de Carajás é uma construção social que foi gestada em áreas que abrigam sistemas ecológicos extremamente complexos, ricos e diversos do bioma Amazônia, todavia, o planejamento regional que impulsionou mudanças voltadas à modernização dessa parcela do bioma foi elaborando não só negando, mas, sobretudo, em oposição a essa diversidade, que necessita ser simplificada para ser mercantilizada (CARNEIRO, 2008). Tratou-se de estratégias desenvolvimentistas que desconsideraram integralmente às propriedades intransponíveis dos sistemas ecológicos e que, sabidamente, podem constituir valores de uso próprios por suas qualidades extremamente singulares. Assim, a complexidade da biodiversidade foi negada e seus componentes foram tratados individualmente. Um dos casos mais expressivos dessa visão míope de modernização uniformizante, para a qual foi decisiva o impulso do planejamento regional, foi a instalação em Carajás de usinas siderúrgicas que produzem ferro-gusa e usam como um dos seus de principais insumos o carvão vegetal originário de biomassa da floresta Amazônia, consumida como uma matéria genérica intercambiável, substituível e destituída de qualquer ligação sistêmica.

REFERÊNCIAS

- CARNEIRO M. S. Crítica social e responsabilização empresarial: análise das estratégias para a legitimação da produção siderúrgica na Amazônia Oriental. **Caderno CRH**, 2008, n. 21, p. 321-333.
- FERNANDES, P. C. A. Natureza, infraestrutura, mineração e urbanização: cartografando interseções históricas na região de Carajás. **Novos Cadernos NAEA**, 25, n. 4, p. 275-305, dez. 2022.
- HARVEY, D. *Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- HECHT, S.; SCHMINK, M.; ABERS, R.; ASSAD, E. et al. The Amazon in motion: Changing politics, development strategies, peoples, landscapes, and livelihoods. In: NOBRE;SCHMINK, M., et al. (Ed.). *Amazon Assessment Report 2021*. New York: United Nations Sustainable Development Solutions Network, 2021. p. 2-52.
- IBGE. *Divisão regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias*. IBGE, Rio de Janeiro, 2017.
- LIMA, J. J. F.; ROLIM, L. F. A inserção das cidades na conformação da região Carajás. **Novos Cadernos NAEA**, 25, n. 4, p. 195-222, dez. 2022.
- MICHELOTTI, F.; MIRANDA, H.; GOMES JÚNIOR, E. Ajuste espacial e temporal na Amazônia: reflexões sobre fronteira do capital e des-reconfigurações territoriais. **Novos Cadernos NAEA**, 25, n. 4, p. 65-86, dez. 2022.

MONTEIRO, M. A. Crescimento econômico e competitividade espúria na Amazônia: o caso da região de Carajás. **Novos Cadernos NAEA**, 25, n. 4, p. 333-363, dez. 2022.

MONTEIRO, M. A.; BAHIA, M. C.; CASTRO, E. M. R. Modernização caricata e acumulação capitalista na Amazônia: o caso de Carajás. **Novos Cadernos NAEA**, 25, n. 4, p. 11 - 34, dez. 2022.

MONTEIRO, M. A.; SILVA, R. P. Expansão geográfica, fronteira e regionalização: a região de Carajás. **Confins**. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia, n. 49, 2021.

MOREIRA, R. O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In: SANTOS, M. e BECKER, B. (Ed.). *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 72-108.

NEVES, F. A. D. F. Do pentecostalismo à Terra de realização. **Novos Cadernos NAEA**, 25, n. 4, 113-141, dez., 2022.